

# A PROFISSÃO DE ECONOMISTA E SUA DEMANDA NA CADEIA PRODUTIVA BRASILEIRA

Paulo Rogério Alves Brene<sup>1</sup>  
Ronaldo Raemy Rangel<sup>2</sup>  
Umberto Antonio Sesso Filho<sup>3</sup>  
Gabriel Borilho Feltrin<sup>4</sup>

## INTRODUÇÃO

A profissão de economista foi estabelecida pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951. Contudo, em seu livro sobre a história de profissão, Nivalde José de Castro esclarece que o ensino de economia no país tem origem nas disciplinas de Economia Política ministradas nas Academias de Comércio, criadas no séc. XIX (CASTRO, 2001), sendo, certo, que os primeiros certificados de curso superior em economia no Brasil são autorizados pelo decreto de 1905.

Outro aspecto interessante sobre a profissão de economista é sua importância. Como destacado por Delfim Neto em entrevista ao portal O Economista (2013): “Para mim, o que justifica a profissão do economista é que ela pode ajudar realmente a criar as condições para o desenvolvimento”. Para o editor do portal, o economista Celso Ricardo Salazar Valentim (o qual destaca que a profissão é dinâmica): “A Economia proporciona um conhecimento amplo, permitindo uma compreensão dos movimentos dos mercados e desenvolvimento de estratégias adequadas para a melhoria de qualidade da sociedade, em qualquer âmbito”. Por fim, ainda de acordo com a reportagem, o economista é “profissional versátil que atua na indústria, nos governos, na agricultura, no setor de serviços”, salientando, assim, a amplitude das áreas de atuação da profissão.

Tendo em tela essas três características da profissão de economista (longevidade, importância e amplitude de atuação), este trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: qual o impacto na geração de empregos de economistas, a partir do aumento de R\$ 10 milhões na demanda final nos setores da cadeia produtiva brasileira?

Do ponto de vista da metodologia, o trabalho está pautado na análise de matriz de insumo-produto, tendo como referência a matriz do Brasil para o ano de 2015, com 19 setores. Para a análise específica sobre o emprego de economista, foi utilizada a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para o mesmo ano. Destaca-se que a CBO acompanha “o dinamismo das ocupações (...) [e] tem por filosofia sua atualização constante de forma a expor, com a maior fidelidade

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico - PPGDE/UFPR. do Programa de Mestrado em Economia Regional da UEL e do Curso de Ciências Econômicas da UENP. E-mail: [paulobrene@uenp.edu.br](mailto:paulobrene@uenp.edu.br).

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Econômico – UNICAMP. Professor da Escola Paulista de Negócios e coordenador do Pós-MBA em Inteligência Empresarial FGV. E-mail: [ronaldo@paulistadenegocios.com.br](mailto:ronaldo@paulistadenegocios.com.br).

<sup>3</sup> Doutor em Economia Aplicada - ESALQ/USP. Professor do Programa de Mestrado em Economia Regional da UEL e do curso de ciências econômicas da UEL. E-mail: [umasesso@uel.br](mailto:umasesso@uel.br).

<sup>4</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. E-mail: [gafeltrin97@gmail.com](mailto:gafeltrin97@gmail.com)

possível, as diversas atividades profissionais existentes em todo o país” (MTe, 2019).

## 1 A PROFISSÃO DE ECONOMISTA

Como mencionado a profissão de economista foi estabelecida pela Lei nº 1.411 de 13 de agosto de 1951. Contudo, em seu livro, sobre a história de profissão, Nivalde José de Castro esclarece que o ensino de economia no país tem origem nas disciplinas de Economia Política ministradas nas Academias de Comércio criadas no séc. XIX (CASTRO, 2001), sendo, certo, que os primeiros certificados de curso superior em economia no Brasil são autorizados por decreto de 1905, o qual adjudica caráter oficial aos diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro. A título de curiosidade, vale destacar que a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1902, é transformada dezessete anos depois, portanto em 1919, em Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, dando origem a atual Universidade Candido Mendes (RANGEL, 2002).

Não é mera coincidência que a profissão de economista tenha sido regulamentada no final da década de 1950. Vale lembrar que, após a segunda guerra mundial, estabeleceu-se Plano Marshall (para a reconstrução dos países aliados na Europa), além de políticas para o uso do aporte de, aproximadamente, US\$ 16 bilhões derivado da Doutrina Truman para a recuperação do Japão. Tais medidas influenciaram sobejamente a visão do planejamento das economias nacionais.

Com efeito, no período do segundo governo Vargas (1951 – 1954), é criada a Assessoria Econômica da Presidência da República (AEPR), primeiro órgão permanente com atributos técnicos voltados para o planejamento e formulação de projetos prioritários ligados a economia do país. É a fase seminal da profissão de economistas no Brasil, sendo que Nivalde de Castro afirma que a “oferta de emprego aos profissionais de Economia, manteve ao longo do período 1950-1980, uma tendência favorável, particularmente nas décadas de 50 a 70” (CASTRO, 2001, p. 43).

Note-se que o fim dos anos 1980, início dos 90, é marcado pela expansão do conservadorismo político, sendo que nomes como os de Reagan, nos Estados Unidos, Thatcher, no Reino Unido, Helmut Kohl, na Alemanha, encontravam-se na liderança global em um período no qual, por exemplo, ocorre a queda do Muro de Berlim e com ela o fim da guerra fria, bem como a formulação dos termos do Consenso de Washington, que impôs regras de desregulamentação, privatização de estatais, redução dos gastos públicos etc., erigindo no Brasil o fenômeno de Fernando Collor, que traz consigo o estabelecimento de uma nova ordem econômica para o país, quer seja uma economia neoliberal que se assemelha ao princípio metafísico *ex nihilo* (VILLIERS, 2019), ou como explica o professor da Unicamp Fernando Nogueira da Costa:

Alquimistas prometeram fazer ouro com chumbo; economistas disseram poderem fazê-lo *ex nihilo*, isto é, do nada criar alguma coisa apenas através de uma melhor formulação de políticas! (NOGUEIRA DA COSTA, 2019)

É um período em que a profissão no Brasil começa a perder seu rumo e no qual passa a sofrer a concorrência de outras profissões, principalmente da administração e da engenharia. Com efeito, diversos 'economistas' brasileiros importantes não são formados em economia. Somente para citar alguns, o ex-ministro Pedro Malan, por exemplo, é engenheiro, já o ex-diretor do Banco Central, ex-economista-chefe do Santander e atualmente analista econômico Alexandre Schwartzman é graduado em administração. É bem verdade que os dois citados são doutores em economia, ambos pela Universidade da Califórnia (Berkeley), mas não são bacharéis e, em tese, tomam mercado de trabalho dos profissionais elencados na mencionada Lei nº 1.411 que regulamenta o exercício da profissão.

Em reforço ao argumento, há um interessante texto do professor da UFRJ, Luiz Carlos Prado em parceria com Luiz Antônio Elias, intitulado 'O Economista: Sua Força e Sua Fraqueza' (2000) em que os autores, descarte já transcorridos vinte anos, apontam para a inexorável perda de espaço profissional dos economistas, alertando que sua formação embora holística e bem ministrada não se funda nas necessidades do ambiente de negócios, para as quais outras formações seriam bem mais adequadas.

Além disso, Pedro Afonso Gomes, presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, atesta que, "segundo dados oficiais, em terras paulistas, cerca de 19 mil profissionais são celetistas que exercem funções previstas legalmente para o Economista (...) Só que, estima-se, menos de 4 mil desses 19 mil estejam de fato registrados no Conselho de SP" (GOMES, 2019).

Transportando a situação de São Paulo para o país, estimativas não formais de membros das autarquias de fiscalização profissional dos economistas (CORECONs) apontam para a existência de cerca de 80 mil bacharéis em economia pertencentes a PEA (População Economicamente Ativa), dos quais a metade, cerca de 40 mil, estando ou não registrados em seus conselhos profissionais, tem atividades cadastradas na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) decorrentes de funções típicas ou aproximadas às de economistas.

## **2 A PROFISSÃO DE ECONOMISTA EM NÚMEROS**

Para a estimação dos geradores de emprego de profissionais autodeclarados economistas, foi utilizada a matriz insumo-produto do Brasil, ano 2015, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, assim como os dados da Relação Anual de Informações Sociais, que contém estatísticas com base na Classificação Brasileira de Ocupações (doravante CBO), que define e classifica os tipos de profissionais de economia.

No tocante a matriz de insumo-produto, conforme apresentado por Leontief (1988, p. 10), a forma mais simples de descrevê-la, "sem entrar em detalhes técnicos", é dizer que esta mostra os fluxos de bens e de serviços entre os diversos setores da economia de um país durante um determinado período de tempo, em termos monetários. Em outras palavras, a matriz apresenta todas as inter-relações de compras e vendas (bens intermediários, bens finais, valor adicionado e etc.) de uma determinada economia. A relação básica pode ser visualizada no Quadro 1, se forem considerados apenas três setores (agrícola, industrial e serviços).

Quadro 2 - Relações de Insumo-Produto em um sistema nacional (economia com três setores)

Origem da Produção (Venda)	Destino da Produção (Compra)	Demandas Intermediárias (ou Intersectoriais)			Demanda Final	Valor Bruto de Produção
		Agricultura (Setor 1)	Indústria (Setor 2)	Serviços (Setor 3)		
Agricultura (Setor 1)		Z <sub>11</sub>	Z <sub>12</sub>	Z <sub>13</sub>	y <sub>1</sub>	X <sub>1</sub>
Indústria (Setor 2)		Z <sub>21</sub>	Z <sub>22</sub>	Z <sub>23</sub>	y <sub>2</sub>	X <sub>2</sub>
Serviços (Setor 3)		Z <sub>31</sub>	Z <sub>32</sub>	Z <sub>33</sub>	y <sub>3</sub>	X <sub>3</sub>
Importações (M)		m <sub>1</sub>	m <sub>2</sub>	m <sub>3</sub>		
Imposto Indireto Líquido		ii <sub>1</sub>	ii <sub>2</sub>	ii <sub>3</sub>		
Valor Adicionado		va <sub>1</sub>	va <sub>2</sub>	va <sub>3</sub>		
Valor Bruto de Produção		X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	X <sub>3</sub>		
ECONOMISTA ECONOMISTA AGROINDUSTRIAL ECONOMISTA FINANCEIRO ECONOMISTA INDUSTRIAL ECONOMISTA DO SETOR PÚBLICO ECONOMISTA AMBIENTAL ECONOMISTA REGIONAL E URBANO ECONOMISTA DOMÉSTICO TOTAL DE ECONOMISTAS		E <sub>1</sub>	E <sub>2</sub>	E <sub>3</sub>		

Fonte: Adaptado de Lopes e Vasconcellos (2008, p. 54).

Para a base de dados, como mencionado, foi utilizada a RAIS ou Relação Anual de Informações Sociais. Com base em Campos (2016), esta foi determinada pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, ainda de acordo com o autor, a RAIS se tornou o melhor informante para obter informações do emprego formal no Brasil. Os estabelecimentos são obrigados a fazer declarações, que servem para abastecer o banco de dados do MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Com os dados disponíveis, torna-se possível a realização de um levantamento de informações sobre as contratações, tipos de ocupações, demissões etc.

Quadro 2. Número de profissionais presentes na RAIS como economistas, conforme classificação CBO para o ano de 2015.

Setores	Classificação CBO Ocupação								Total
	ECONOMISTA	ECONOMISTA AGROINDUSTRIAL	ECONOMISTA FINANCEIRO	ECONOMISTA INDUSTRIAL	ECONOMISTA DO SETOR PÚBLICO	ECONOMISTA AMBIENTAL	ECONOMISTA REGIONAL E URBANO	ECONOMISTA DOMÉSTICO	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	30	54	131	21	50	11	-	10	307
Indústrias extrativas	80	-	737	37	151	42	24	-	1.071
Indústrias de transformação	1.181	104	4.293	1.484	2.157	153	13	15	9.400
Eletricidade e gás	422	-	454	7	125	60	-	-	1.068
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos	249	-	183	3	34	12	-	-	481
Construção	176	5	964	112	319	25	-	3	1.604
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	445	53	3.128	162	1.538	26	6	7	5.365
Transporte, armazenagem e correio	353	13	831	44	343	26	2	1	1.613
Alojamento e alimentação	13	1	171	17	44	1	-	13	260
Informação e comunicação	505	-	2.077	65	239	9	2	-	2.897
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	918	20	2.062	23	287	18	46	-	3.374
Atividades imobiliárias	32	-	165	5	34	-	-	-	236
Atividades científicas, profissionais e técnicas	842	19	1.356	138	1.481	59	33	222	4.150
Atividades administrativas e serviços complementares	308	43	2.078	144	807	36	2	5	3.423
Administração pública, defesa e seguridade social	2.092	125	525	7	2.568	57	227	87	5.688
Educação	546	19	582	99	94	-	1	34	1.375
Saúde humana e serviços sociais	113	2	575	6	51	8	1	26	782
Artes, cultura, esporte e recreação	409	17	397	83	130	39	11	24	1.110
Outras atividades de serviços	11	-	18	1	5	-	-	-	35
<b>Total</b>	<b>8.725</b>	<b>475</b>	<b>20.727</b>	<b>2.458</b>	<b>10.457</b>	<b>582</b>	<b>368</b>	<b>447</b>	<b>44.239</b>

Fonte: Elaborado pelos autores com base em RAIS (2015).

Por fim, a CBO, conforme Faria (2005), é um documento que reconhece, codifica e descreve as ocupações do mercado de trabalho brasileiro. O MTE atualizou a classificação em 2002, substituindo a de 1994, para conseguir atender às modificações e às novas exigências do mercado, no qual passou a descrever, de forma mais ampla, as profissões. De acordo com o MTE (2017), os profissionais de economia estão codificados na CBO (2002) sob o número 2512 e formam um grupo composto por: economista; economista agroindustrial; economista financeiro; economista industrial; economista do setor público; economista ambiental; economista regional e urbano; e economista doméstico, conforme Quadro 2.

### 3 A GERAÇÃO DE EMPREGOS PARA ECONOMISTAS

As seguintes tabelas expressam os resultados obtidos após a construção da matriz insumo-produto e a estimativa dos seus coeficientes. Os dados apresentam os postos de trabalho de economistas, conforme classificação da CBO, que poderão surgir nos diversos setores da economia com o aumento da demanda final. O emprego direto representa o número de empregos gerados a partir de um aumento na demanda final no setor em destaque, em outras palavras, são os economistas excedentes, necessários para atender o aumento da demanda.

Por sua vez, o emprego indireto corresponde aos empregos gerados para atender o aumento da demanda dos bens intermediários. Um aumento na demanda de um bem final incentiva uma maior produção dos bens intermediários, conseqüentemente influenciando no aumento dos profissionais contratados.

**Tabela 1 - Gerador de emprego (total) para cada aumento de R\$10 milhões na demanda final.**

Setor	Direto	Indireto	Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	7	29	35
Indústrias extrativas	43	38	81
Indústrias de transformação	34	48	82
Eletricidade e gás	42	51	92
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	75	28	103
Construção	25	33	58
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	52	27	79
Transporte, armazenagem e correio	32	38	70
Alojamento e alimentação	10	32	43
Informação e comunicação	83	44	127
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	60	32	92
Atividades imobiliárias	4	6	10
Atividades científicas, profissionais e técnicas	97	38	135
Atividades administrativas e serviços complementares	117	20	137
Administração pública, defesa e seguridade social	85	25	110
Educação	34	17	51
Saúde humana e serviços sociais	20	24	44
Artes, cultura, esporte e recreação	328	36	364
Outras atividades de serviços	2	34	36
<b>Total</b>	<b>1.147</b>	<b>601</b>	<b>1.749</b>

FONTE: Elaborado pelos autores (2019).

A Tabela 1 apresenta o total de empregos gerados para todos os tipos de economistas classificados, de forma direta e indireta, com o aumento da demanda final em R\$10 milhões. Tem-se um total de 1.749 vagas para economistas na cadeia

produtiva brasileira, sendo 1.147 gerados por meio do emprego direto e 601 de forma indireta.

O setor de artes, cultura, esporte e lazer é o de maior destaque na geração de empregos diretos (328). Isso pode ser explicado em duas direções. A primeira devido ao fato de ser um setor com muitos economistas contratados, entretanto com um valor de produção agregado pequeno, implicando em que o estímulo à demanda final tenha um efeito proporcional maior, em termos de geração de empregos no setor, do que em outros mais robustos, em termos de geração de produto.

O segundo setor de maior relevância analisado é o de atividades administrativas e serviços complementares (137 empregos, 117 de forma direta e 20 indireta), monta que se justifica pela própria essência da profissão. De acordo com a CONCLA - Comissão Nacional de Classificação (2019) - as atividades compreendidas por esse setor podem ser resumidas em apoio ao funcionamento de organizações e empresas.

Com o menor número de empregos gerados diretamente, outros serviços e atividades, com apenas 2 postos de trabalho com o aumento de R\$10 milhões de em sua demanda final, o que intuitivamente se explica, pois, com base na CONCLA (2019), este ramo se caracteriza por diversos serviços pessoais, tais como, manutenção e reparo de equipamentos. Ainda com base na Tabela 1, os empregos gerados de forma indireta, ou seja, quando o aumento da demanda final de um setor influencia os outros que mantêm relação com ele, ocasionando o surgimento de novos empregos, tem o setor de eletricidade e gás como maior destaque (51 empregos).

Figura 1 - Gerador de emprego (economista financeiro) para cada aumento de R\$10 milhões na demanda final (2015).



FONTE: Elaborado pelos autores (2019).

Os dados gerais podem ser abertos por especialidade profissional. A Figura 1, por exemplo, explora a movimentação de postos de trabalho de economistas com especialização financeira, conforme nomenclatura atribuída pela CBO. Com base nos dados, o economista financeiro é o que mais encontra possibilidades de trabalho quando há um aumento na demanda final em R\$ 10 milhões, pois tanto em emprego direto, quanto em emprego indireto, ambos possuem um total maior de empregos comparado aos outros tipos de economistas.

Ainda de acordo com a Figura 1, agora partindo para uma análise individual pelos setores, os que mais se destacam no emprego direto são, tal qual na análise geral: artes, cultura, esporte e recreação; atividades administrativas e serviços complementares, ao que se agrega o setor de informação e comunicação, todos superando 50 empregos criados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dos dados projetados, pode-se supor que a profissão de economista, embora ainda bastante focada em atividades financeiras, encontrou novos campos setoriais de atuação, o que se confirma pelo número de postos gerados no setor de artes, cultura, esporte e lazer quando do estímulo da demanda final na matriz insumo-produto brasileira. Pelo exposto, o profissional de economia, parece começar a ocupar espaço em setores que requerem criatividade, capacidade de perceber as dinâmicas da interação social e, principalmente, de compreender como conciliar mecanismos de escolhas sociais.

Na direção oposta, não deixa de ser curioso que a atividade profissional possua, hoje, baixa empregabilidade na administração pública, setor que tradicionalmente foi a base onde se ergueu a profissão. Mesmo assim, profissionais com especialização nas áreas ambiental e regional & urbano permanecem com alguma penetração de trabalho no setor público.

De toda maneira, o estudo realizado, como base em projeções da matriz de insumo-produto, aponta para a gênese da demanda no mercado de trabalho por um economista profissional que, mesmo com menor aptidão de análise teórica ou de domínio de estatísticas e cálculos aplicados, possua maior interesse e entendimento das chamadas atualidades e mais capacidade de entender as experiências culturais coletivas da sociedade em que está inserido. Um profissional que utilize sua formação peculiar e holista para a interpretação de fenômenos que envolvem aspectos econômicos em si, mas que abarcam também dimensões políticas e culturais, assim apoiando decisões empresariais cada vez mais complexas e tomadas em ambientes de menor certeza e maior ambiguidade.

## **REFERÊNCIAS**

- CAMPOS, Souza et al. **O emprego formal no Brasil dos anos 2000: um estudo da Relação Anual de Informações Sociais (2003-2013)**. 2016.
- CASTRO, Nivaldo José de. **O economista: a história da profissão no Brasil**. Rio de Janeiro: COFECON; CORECON-RJ; CORECON-SP, 2001.
- MTE, **Ministério do Trabalho e Emprego**, 2017. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: out. 2019.

CONCLA, **Comissão Nacional de Classificação**, 2019. Disponível em: <<http://www.concla.ibge.gov.br>>. Acesso em: nov. 2019.

FARIA, Sueli et al. Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ciência da Informação**, 2005.

GOMES, P. A. **O Presente e o Futuro da Profissão de Economista**. 2019. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/o-presente-e-futuro-da-profissao-de-economista-pedro-afonso-gomes/>. Visitado em 27/03/2020.

LEONTIEF, W. **Input-Output Economics**. 2ª ed. New York: Oxford University Press, p. 241-260, 1988.

MTe - Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em: 20/10/2019.

NOGUEIRA DA COSTA, F. (Blog). **Hora dos Economistas**. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2019/11/22/hora-dos-economistas/>. Visitado em 28/03/2020.

PRADO, L. C. D.; ELIAS, L. A. O Economista: Sua Força e Sua Fraqueza. **Rumos: Economia e Desenvolvimento**. Ano 24, p. 9-15, março 2000.

RANGEL, R. UCAM: Uma história centenária. **Texto da Discussão**, Candido Mendes, 2002.

RAIS, **Relação Anual de Informações Sociais**, 2018. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Visitado em: out. 2019.

O ECONOMISTA. A importância do economista na construção de um país melhor. Reportagem de 13 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.oeconomista.com.br/a-importancia-do-economista-na-construcao-de-um-pais-melhor/>. Acesso em: 20/10/2019.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VILLIERS, C. Creation ex nihilo: Origins, Development, Contemporary Challenges. **The Journal of Theological Studies**, v. 70, n. 2, p. 926–928, October 2019.

Os artigos de economistas divulgados pelo CoreconPr são da inteira responsabilidade dos seus autores, não significando que o Conselho esteja de acordo com as opiniões expostas. É reservado ao CoreconPR o direito de recusar textos que considere inadequados.